



Número: **0808107-23.2019.8.15.0751**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Bayeux**

Última distribuição : **19/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA (AUTOR)		FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27208794	19/12/2019 10:10	Petição Inicial	Petição Inicial
27209063	19/12/2019 10:10	PETIÇÃO DPVAT - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA	Comunicações
27209073	19/12/2019 10:10	Procuração e docs - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA	Documento de Comprovação
27209075	19/12/2019 10:10	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - Eduardo	Documento de Comprovação
27694364	10/02/2020 13:05	Despacho	Despacho
31071897	28/05/2020 11:47	Carta	Carta
32291826	13/07/2020 18:06	Carta(s) Entregue(s) à Secretaria	Certidão

Em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BAYEUX/PB.

Justiça Gratuita

EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA, brasileiro, solteiro, porteiro, portador da Cédula de Identidade n.º 2552625, SSP/PB e do CPF n.º 046.291.364-36, residente na Rua Major Ciraulo, 486, Rio do Meio, CEP: 58308-020, Bayeux - PB, por meio de seus procuradores e advogados *in fine* assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Av.: João Machado, nº 553, Edf. Plaza Center, sl. 503-A, Centro, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, vem, respeitosamente perante V. Excelência propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, que pode ser citada na Av. Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, CEP: 58.030-000, em João Pessoa-PB, o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

O autor requer, inicialmente, os benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1.060/50, uma vez que é porteiro, portanto, pobre nos termos da lei, não possuindo condições de arcar com os ônus processuais sem prejuízo de sua subsistência e da sua família.



BREVE RESUMO DOS FATOS

O promovente, no dia 20/02/2015, foi vítima de acidente de trânsito, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CG 125 FAN KS (cor: vermelha; ano: 2010; placa: NQC-3236), às proximidades da Caixa Econômica Federal, Agência Cabo Branco, Centro, em João Pessoa – PB, e, após ser atingido por um veículo de placa não identificada, perdeu o controle de direção e caiu ao solo.

Em virtude da gravidade do acidente, o demandante sofreu lesões no membro inferior esquerdo, tendo sido socorrido e encaminhado para o Hospital e Maternidade da cidade de Bayeux - PB, onde se submeteu a procedimentos médicos.

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, o demandante ainda ficou acometido de debilidade permanente no membro inferior esquerdo, o que prejudicou, consideravelmente, o exercício de suas atividades profissionais e rotineiras.

Assim, o autor, comprovando os fatos narrados através da documentação que segue acostada, vem requerer que V. Excelência condene a empresa promotora ao pagamento da indenização do Seguro por Invalidez Permanente, observando-se o que prescreve a Lei 6.194/74.

DO DIREITO

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -



Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

- Do *quantum* indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas.

O valor da indenização do seguro obrigatório (DPVAT) é estabelecido pela própria lei, que prescreve ser até R\$ 13.500,00.

No caso em tela, o autor ficou acometido de debilidade permanente no membro inferior esquerdo, fazendo *jus* a uma indenização a título de seguro DPVAT no valor máximo, considerando todos os prejuízos e consequências acarretadas pelo referido fato, uma vez que o promovente é **porteiro**, e, por isso, necessita da mobilidade completa de seus membros para exercer suas atividades.

Sobre o valor da indenização, a Lei 11.945/09 trouxe tabela estabelecendo percentuais sobre o valor máximo, valorando as partes sequeladas do corpo, em virtude de acidente de trânsito. Vejamos:

TABELA DO DPVAT



Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

A jurisprudência pátria pacificou o entendimento de que, havendo a invalidez permanente, não há que se falar em gradação da invalidez, sendo devido o pagamento da indenização no valor máximo estabelecido pela Lei 6.194/74. Vejamos:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. AÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PAGA EM FACE DE ACIDENTE DO QUAL RESULTOU INVALIDEZ PERMANENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DA RÉ. PAGAMENTO PARCIAL. QUITAÇÃO NÃO COMPROVADA. CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA. DESNECESSIDADE DE NOVA PROVA PERICIAL, EM FACE DO LAUDO FIRMADO POR PERITOS DO IML. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL AFASTADA. **INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA.** COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. PRELIMINARES REJEITADAS. APELO DESPROVIDO.

1. A FENASEG é parte legítima para responder ação que visa à complementação do valor da indenização devida em razão de acidente de trânsito, pelo seguro obrigatório DPVAT, se foi ela própria quem efetivara o pagamento do valor originário, julgado insuficiente pela vítima.



2. Rejeita-se a preliminar de carência de ação, sob alegação de que a vítima, ao receber a quantia paga pela ré apelante, dera quitação do total que lhe era devido, quando não há nos autos qualquer documento que comprove a alegada quitação.

3. Também não vinga a preliminar de incompetência do Juizado Especial, sob alegação da necessidade de produção de prova pericial, quando o laudo oficial do IML, subscrito por dois peritos médicos, atesta com clareza e objetividade a natureza das lesões sofridas pela vítima e sua gravidade, de forma a não deixar dúvida quanto ao grau de invalidez da vítima e sua permanência.

4. Uma vez comprovada a debilidade permanente de membros e deformidade permanente, em razão do evento, assiste à vítima o direito ao recebimento da indenização do seguro DPVAT no valor máximo, devendo a ré complementar a quantia inicialmente paga.

Decisão: Rejeitar as preliminares de ilegitimidade de parte, carência de ação e incompetência do Juízo e, no mérito, improver o recurso. **(20030110870757ACJ, Relator JESUÍNO RISSATO, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 28/09/2004, DJ 04/02/2005 p. 171)**

CIVIL. ATROPELAMENTO. DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1 - PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, **RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE**, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO, ESPECIAL 20030110081655ACJ DF, Registro do Acordão Número : 195640, Data de Julgamento : 22/06/2004, Órgão Julgador : Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F, Relator : LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH Decisão. CONHECER. IMPROVER O RECURSO. UNÂNIME.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

a) A CITAÇÃO da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;

b) A condenação da promovida a pagar ao autor uma INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ CAUSADA POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, no valor a ser prudentemente fixado por V. Excelência, considerando a debilidade permanente no membro inferior esquerdo, da qual ficou acometido o demandante;

5



c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é porteiro, pobre na forma da Lei, não podendo arcar com as custas processuais sem prejuízo de sua subsistência e da sua família;

d) A condenação do réu em custas processuais e honorários advocatícios, estes calculados à base de 20% sobre o valor da condenação;

Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental e pericial.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

N. termos, P. e E. deferimento.

João Pessoa (PB), em 19 de dezembro de 2019.

Flaviano Sales Cunha Medeiros
(OAB-PB sob o n.º 11.505)

Marina de Vasconcelos Nóbrega
(OAB-PB sob o n.º 14.967)

Andressa Cunha Henriques
(OAB/PB sob o n.º 20.869)



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: **EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, solteiro, servente, portador da cédula de identidade n.º 2552625, SSP-PB e do CPF n.º 046.291.364-36, residente na Rua Major Ciraulo, 486, Rio do Meio, 58308-020, em Bayeux, Estado da Paraíba.

OUTORGADOS: **FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS**, brasileiro, casado, advogado, com inscrição junto à OAB/PB sob o n.º 11.505, **JÔNATAS EVANGELISTA TOMÉ DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, com inscrição junto à OAB/PB sob o n.º 16.049, **MARINA DE VASCONCELOS NÓBREGA**, brasileira, solteira, advogada, com inscrição junto à OAB/PB sob o n.º 14.967, e **ANDRESSA CUNHA HENRIQUES**, brasileira, solteira, estagiária, que podem receber intimações na Av.: João Machado, n.º 553, Edf. Plaza Center, Centro, sl. 503-A, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, telefone (83) 3241-3241.

PODERES: Amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium*, para defender os direitos e interesses do Outorgante movendo AÇÃO DE COBRANÇA, podendo, para tanto, formular pedidos, proceder a cópias, assinar petições e intimações, apresentar recursos aos Tribunais competentes e acompanhá-los até o fim, podendo ainda confessar, desistir, transigir, acordar, discordar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, receber citação inicial, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, agindo em conjunto ou separadamente, **podendo ainda requerer os benefícios da Justiça Gratuita**, bem como substabelecer esta em outrem com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 24 de Abril de 2015.


EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA



DECLARAÇÃO

Eu, **EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, solteiro, servente, portador da cédula de identidade n.º 2552625, SSP-PB e do CPF n.º 046.291.364-36, residente na Rua Major Ciraulo, 486, Rio do Meio, 58308-020, em Bayeux, Estado da Paraíba, declaro para todos os fins e na forma da Lei, que não tenho condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo de minha subsistência própria e familiar.

João Pessoa, 24 de Abril de 2015.


EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal

Documento não é segunda via de conta

Boleto para simples pagamento da nota fiscal de energia elétrica. Nº 034.979.176



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARIA JOSE MARTINS DE OLIVEIRA
RUA MAJ CIRAULO 486
BAYEUX

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/327273-9

REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
NOV/2019	28/11/2019	144	05/12/2019	R\$ 96,00

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 04/12/2019				
Pagador: MARIA JOSE MARTINS DE OLIVEIRA CNPJ/CPF: 015.179.404-94				
RUA MAJ CIRAULO 486 - RIO DO MEIO - BAYEUX / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120009178357	000327273201911	05/12/2019	R\$ 96,00	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2552625 07 MAIO 1998

NOME EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA

FILIAÇÃO Ubiratan Luiz da Silva
Maria Jose Martins de Oliveira

Santa Rita - PB.

DATA DE NASCIMENTO 01.02.1981

Cert. de Nasc. 15.503.Fls.129V.Liv.

WAM14, 1º Cart. de Ed. de Lux - PB.

Assinatura do Diretor do C. de Cat. LEI Nº 7.114 DE 08/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA GENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P38

EdUARDO de OLIVEIRA SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
046.291.364-36

Nome
EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA

Nascimento
01/02/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone: (83) 3218-5334

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 1672/2015

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 09:00h, compareceu o (a) Senhor (a): **EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA**, brasileiro, natural de Santa Rita/PB, solteiro, com 34 anos de idade, Porteiro, Alfabetizado, filho de Ubiratan Luiz da Silva e de Maria José Martins de Oliveira, RG. 2.552.625-SSP/PB, residente na Rua Major Ciraulo, nº 486, Rio do Meio, Bayeux/PB, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 20/02/15, por volta das 08:00h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CG 125 FAN KS, cor vermelha, ano 2010, de placa NQC-3236/PB, chassi nº 9C2JC4110AR667680, registrada em nome de Wilson da Silva Marques, pelas proximidades da Caixa Econômica Federal, Agência Cabo Branco, no centro desta capital, após ser atingido por um veículo de placa não identificada, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer escoriações múltiplas em membro inferior esquerdo e lesão contusa ao nível do joelho esquerdo, sendo admitido no Hospital e Maternidade da Cidade de Bayeux/PB, onde se submeteu a procedimentos médicos; QUE, foi apresentado nesta Delegacia Especializada laudo médico fornecida pela Drª Daniela Brosco, CRM 8797. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 15 de maio de 2015.


Notificante


Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.682-8
Escrivão





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE SAÚDE



Receituário

Nome: _____

06/05/2015

Laudo Médico

Paciente Eduardo de Oliveira
Silva, 34 anos, sofreu acidente
auto mobilístico no dia 20/02/2015
terido apresentando escoriações
múltiplas em membro inferior es-
querdo, bem como lesão contusa
a nível do joelho esquerdo, além
de lesão contusa no membro mencionado.
Foi atendido nesta unidade hospitalar
onde se realizou sutura das lesões

trate.

Dra. Daniela Brosco
Médica
CRM - PB 8797

CID-10: S81.7

Dra. Daniela Brosco
Médica
CRM - PB 8797

Assinatura e Carimbo do Médico

VOLTANDO À CONSULTA TRAZER ESTA RECEITA





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE SAÚDE

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

SERIAIS MÉDICOS E OUTROS RECURSOS

Vacation *in* *the* *State* *Hospital* *for* *Mental* *Disease* *at* *Boston* *MA*

CARÁTER DO ATENDIMENTO

Outpatient *and* *Inpatient* *treatment* *provided* *on* *a* *regular* *basis* *to* *patients* *admitted* *to* *the* *hospital* *for* *mental* *disease* *at* *Boston* *MA*

CARÁTER DO ATENDIMENTO

[illegible]

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO - UPS
NOME HOSPITAL MATERNO INFANTIL JOÃO MARCIANO
CÓDIGO DO CNES: 3294-889 - CNPJ 08.924.581/0001-60
ENDEREÇO: RUA FLAVIO MAROJA, 44 - CENTROCEP: 58.306-390
MUNICÍPIO: BAYEUX ESTADO: PARAIBA UF PB

Eduardo de Oliveira Silva
DN01/02/1982
R= Major Brando 186 Rio de Janeiro
Mãe Me José Martins de Oliveira
Tel 988972618 RAGRICOR
RG 2552625

RAE/COR

FG2552625

ANAMINESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

SERVIÇOS REALIZADOS: CODIGO DO PROCEDIMENTO

 $\left(10 \right)$

20

30

~~CNS~~

CBO:

CRM:

~~ASS. MD(S), PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTES(S) - CARIMBC~~

OP POLLEGAR DIREIIO

ASS/ DO PACIENTE ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO

O Test seguinte de ocorrência
 de homicídios tem como
 fundamento o processo
 judicial em andamento.
 Adicionalmente, os
 exames realizados na unidade (tipos)
 foram feitos logo após
 a morte do Polício. Os
 dados resultantes foram
 inseridos no sistema. Foi
 observado que a delegacia não
 deu baixa no processo.

CNS: [assinatura] 2º
[assinatura]
Medico
98.9777

CBO:

CRM:

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTES(S) - CARIMBO

OP POLEGAR DIREITO

ASS. DO PACIENTE ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO

Assinado eletronicamente por: FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS - 19/12/2019 10:09:57
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121910095616100000026262272>
 Número do documento: 19121910095616100000026262272

Num. 27209073 - Pág. 7

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30300045 - AC BAYEUX
BAYEUX - PB
CNPJ: ... 34028316365462 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: ...: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF: ...: 09248608000104
Doc. Post: ...: 340853606
Contrato: ...: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao: ...: 62267655

Movimento: ...: 04/09/2019 Hora: ...: 11:06:07
Caixa: ...: 93241452 Matrícula: ...: 84/85276
Lancamento: ...: 023 Atendimento: 00021
Modalidade: ...: A Faturar ID Tiquete: ...: 1699699504

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURD DPVAT ATE 30	1	24,78+

Valor do Porte(R\$): ...: 24,78

Peso real (G): ...: 50

Peso Tarifado: ...: 0,050

CNPJ/CPF Remet: ...: 04629136436

Nome Remetente: ...: EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA

Endereco Remet: ...: RUA Rua Major Ciraulo,486

Cont. Endereco: ...: - Rio do Meio

Cep Remetente: ...: 58308-020

Cidade Remet: ...: BAYEUX

UF Remet: ...: PB

POSTAL RESPOSTA DPV	1	30,43+
---------------------	---	--------

Valor do Porte(R\$): ...: 30,43

Cep Destino: ...: 20011-904 (RJ)

Peso real (G): ...: 49

Peso Tarifado: ...: 0,049

OBJETO: ...: 001486292918R

OD 14862929 1 BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 55,21

Valor Declarado não solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor,

utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: ... RG:

Ass. Responsável: ...

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!

Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 7.9.00



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª VARA MISTA DA COMARCA DE BAYEUX

Av. Liberdade, 900, Baralho, Bayeux - PB, CEP 58306-001 - TEL: (83) 3232-3250 - e-mail: bex.2vara@tjpb.jus.br

Ação nº 0808107-23.2019.8.15.0751
CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Promovente(s) Nome: EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA
Endereço: R MAJOR CIRAULO, 486, RIO DO MEIO, BAYEUX - PB - CEP: 58308-020
Nome: MAPFRE
Promovido(s) Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

DESPACHO/ MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Valendo esta decisão como carta de citação e intimação, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba:

C ó d i g o d e N o r m a s d a C G J / P B : (...)
Art. 108. Fica autorizado o uso do despacho como carta citação/notificação/intimação/precatória/ofício pelos magistrados do primeiro grau de jurisdição, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva, automaticamente, de instrumento para citação, intimação, notificação, depreciação ou ofício.

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

Deixo de aplicar o disposto no art. 334 do Código de Processo Civil, dada a absoluta impossibilidade de absorção deste ato pela pauta do juízo com prestígio ao princípio da celeridade, sem prejuízo, porém, de designação de audiência com este norte a qualquer tempo, à luz do art. 139, inciso V, do mesmo diploma legal, ou inclusão de ensejo a tanto em eventual audiência de instrução.

Cite-se, pelo correio (art. 247, *caput*, do CPC) ou através do cadastro de litigantes/orgãos do PJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação na forma do art. 335 do Código de Processo Civil, a contar da juntada do aviso de recebimento (art. 335, II c/c art. 183, ambos do NCPC), sob pena de revelia (art. 344 do CPC).

Se pedido, reservo-me para apreciar o pedido de tutela de urgência após a contestação.

Bayeux-PB, data e assinatura digitais.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E OS DEMAIS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL, ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19121910095349100000026262243
PETIÇÃO DPVAT - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA	Comunicações	19121910095497500000026262262
Procuração e docs - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA	Documento de Comprovação	19121910095616100000026262272
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - Eduardo	Documento de Comprovação	19121910095744100000026262274

Juiz de Direito





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
2ª Varal Mista de Bayeux



Processo nº 0808107-23.2019.8.15.0751

DESTINATÁRIO(A): MAPFRE
AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, BAIRRO DOS ESTADOS, JOÃO PESSOA -
PB - CEP: 58030-000

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Varal Mista de Bayeux

ENDEREÇO: AVENIDA LIBERDADE, 900 - BAIRRO BARALHO - BAYEUX - PB

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0808107-23.2019.8.15.0751

AUTOR: EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA

REU: MAPFRE

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Varal Mista de Bayeux, CIENTIFICO-LHE de que neste Juízo tramitam os autos da **AÇÃO acima descrita**, ficando Vossa Senhoria **CITADO** para contestar a presente ação, no prazo de **15 dias**, sob pena de revelia e confissão ficta, advertindo-o de que não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na Petição Inicial.

Bayeux-PB, 28 de maio de 2020

De ordem, LILIANE GOMES DE OLIVEIRA
ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Assinado eletronicamente por: LILIANE GOMES DE OLIVEIRA - 28/05/2020 11:47:11
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052811470939800000029823148>
Número do documento: 20052811470939800000029823148

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19121910095349100000026262243
PETIÇÃO DPVAT - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA	Comunicações	19121910095497500000026262262
Procuração e docs - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA	Documento de Comprovação	19121910095616100000026262272
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - Eduardo	Documento de Comprovação	19121910095744100000026262274
Despacho	Despacho	20012508264682200000026719640





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Bayeux

Av. Liberdade, - de 3957/3958 ao fim, CENTRO, BAYEUX - PB - CEP: 58306-001

Número do Processo: 0808107-23.2019.8.15.0751
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA
Polo passivo: REU: MAPFRE

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que apesar do isolamento social, o(s) documento(s) retro foi/foram enviado(s) à Secretaria do Fórum de Bayeux, via e-mail, nesta data, a fim de seguir(em) ao(s) seu(s) destino(s), via Correios.

BAYEUX, 13 de julho de 2020
ANA PAULA COSTA DE CASTRO PARANHOS FERREIRA

